PERNAMBU CATA

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO | ANO V | Nº 19 | ABRIL A JUNHO DE 2016

Diretoria continua à frente da AFCP

Alexandre Andrade Lima e diretoria da AFCP, que foram responsáveis pela retomada da Usina Cruangi e pela conquista de várias subvenções para o setor canavieiro, foram reeleitos ao comando da entidade por mais três anos.

Andrade Lima assume a Presidência da AFCP pelo 4º mandato seguido. Para 8



Cooperativa de Cruangi

Cooperativa de Cruangi ganha isenção fiscal sobre qualquer serviço



Temer prorroga CAR e renegociação das dívidas rurais do Nordeste



Coaf/AFCP cresce e prevê faturamento de R\$ 8 milhões

6



Editorial

Alexandre Araújo de Morais Andrade Lima

Incentivo à Coaf para otimizar Usina Cruangi

Em breve, iniciaremos a segunda moagem da usina Cruangi, depois de arrendada e reativada pela Cooperativa da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (Coaf) na safra passada. A expectativa este ano é de a unidade gerar novamente centenas de empregos no campo e na fábrica, bem como ampliar a produção industrial mediante o melhor apontamento do parque fabril, realizado este ano, e diante da excelente condição dos canaviais em virtude das chuvas regulares neste tempo.

Os 800 fornecedores de cana da Zona da Mata Norte, que fazem parte da Coaf, responsáveis por movimentar R\$ 44 milhões e empregar na última safra cerca de 4 mil trabalhadores no campo e na fábrica, preparam-se para iniciar a nova moagem em setembro. E uma boa notícia ocorreu no final de junho. Foi sancionada uma lei municipal em Timbaúba, onde a usina está instalada, que garante isenção fiscal à Coaf sobre qualquer serviço contratado pela unidade industrial. Com isso, reduz-se os custos de produção da usina e assim oportuniza a sua melhor competitividade.

O anúncio da respectiva lei (2.960/16) foi feito em Cruangi pelo próprio prefeito de Timbaúba, Júnior Rodrigues. A legislação foi proposta pelo presidente da Câmara dos Vereadores do município, Josinaldo Barbosa, aprovada na sequência pela Casa Legislativa e depois sancionada pelo prefeito no dia 20 de junho. A lei objetiva incentivar o cooperativismo na usina, que, desde o último ano, tem sido o responsável por restabelecer a atividade sucroalcooleira com a reabertura de postos de trabalho e demais serviços, que foram extintos com o fechamento da usina. O novo cenário tem contribuído para o reaquecimento econômico nesta região.

A lei foi uma promessa do prefeito e de vereadores em 2015, defendida pelo deputado federal Marinaldo Rosendo (PSB/ PE), que é natural da Região, durante a reinauguração da usina que contou com o governador Paulo Câmara. Na época, foi sancionada uma legislação estadual de incentivo fiscal. O governador concedeu um maior crédito presumido de ICMS sobre a produção de etanol das usinas reabertas por cooperativas de canavieiros. Foram então beneficiadas as usinas Cruangi e Pumaty (na Mata Sul).

Enquanto dezenas de usinas fecharam nos últimos anos em virtude da aquda crise que afetou o setor sucroalcooleiro do país, aqui em PE, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado (Sindicape), através do cooperativismo e da parceria governamental, reativaram a Cruangi e a Pumaty. Não há outro caminho eficaz, senão a união entre a iniciativa privada e pública. A AFCP agradece todos os atores políticos responsáveis por esta nova lei que incentiva o cooperativismo rural, estimulando o desempenho e a produção canavieira no Estado, com positivos efeitos socioeconômicos para Mata Norte e toda a cadeia produtiva do Estado.

EXPEDIENTE

Gazeta ERNAMBU

Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.028 | Imbiribeira | Recife/PE Telefone: (81) 3316.0955 Site: www.afcp.com.br

> Alexandre Araúio de Morais Andrade Lima Presidente

> > Paulo Giovanni Tapety Reis 1º Vice-presidente

Frederico Pessoa de Queiroz 2 º Vice-presidente

Damião Gomes Pereira Filho | 1º Tesoureiro Cristiano Correia de Oliveira Soares | Vice Tesoureiro Felipe Neri Malta Lima | 1º Secretário Benedito Tadeu Siqueira de Miranda | 2º Secretário

> **CONSELHO FISCAL** Jorge Luiz de Borba Campos Luiz Alves da Silva SUPLENTES: Antônio Corrêa de Oliveira Filho Alberto de Barros Luz Neto

Diagramação | Janio Santos Reportagens | Robério Coutinho Fotógrafos | Josué Malta e Alexandre Lima Tiragem: 2.000 exemplares

Marcelo Araújo de Oliveira

Aconteceu

Combate à violência na zona rural



A fim de reduzir a insegurança e o aumento de casos de assaltos e de outros crimes nos acessos dos canaviais, dirigentes e associados da AFCP e do Sindicape se reuniram no final de abril com oficiais da PM. Na ocasião, o subcomandante da PM, Adalberto Freitas, autorizou a criação de um grupo de inteligência no WhatsApp, formado por canavieiros e os comandantes em companhias da polícia na Zona da Mata.

Secretário com Feplana na Agrishow



O deputado federal Arnaldo Jardim, atual secretário de Agricultura do Estado de SP, recebeu em abril dirigentes da Feplana (Alexandre Lima e Paulo Leal) e da AFCP/Coaf no stand do órgão durante a Agrishow, maior feira de tecnologia agrícola do Brasil, realizada em Ribeirão Preto. Na ocasião, também recebeu Eduardo Romão, que é o novo presidente da Orplana.



O fungo que combate a cigarrinha é gratuito para o associado da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), diz Paulo Giovanni, vice-presidente da entidade

AFCP realiza combate biológico da Cigarrinha

A Cigarrinha, praga que costuma crescer nos canaviais em período de chuva, precisa ser combatida para evitar prejuízos aos produtores. A praga provoca danos significativos com a queima da folha da planta e a diminuição do teor de sacarose, reduzindo o valor de comercialização. O combate à Cigarrinha é prioridade do Departamento Técnico da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP). O setor produz um fungo especial que controla biologicamente a praga sem agredir o meio ambiente.

O fungo é produzido pelo Laboratório de Entomologia da AFCP, que conta com

uma equipe de técnicos qualificados e produz 250 quilos do produto por dia. A AFCP orienta os seus associados a fazerem levantamento populacional da Cigarrinha, e, se for o caso, solicitarem uma rápida visita de um técnico da entidade, para analisar a situação e distribuir o controle biológico

O fungo que combate biologicamente a Cigarrinha é o Metarhizium anisopliae. O associado da AFCP pode adquiri-lo gratuitamente. "Os não sócios ou unidades industriais também podem adquirir. Basta pagar uma taxa de R\$ 8,50 por quilo. É ainda necessário fazer a solicitação com an-

tecedência", informa o vice-presidente do órgão, Paulo Giovanni, que também dirige o Departamento Técnico da AFCP.

O cuidado no manuseio, transporte e na aplicação do fungo é de suma importância para se obter um bom desempenho no combate à praga. A dosagem utilizada por hectare é de cinco quilos. Ao deixar de seguir os procedimentos, Giovanni adianta que a ação não terá boa eficiência. O Departamento Técnico está à disposição para esclarecer as dúvidas. O Departamento e o Laboratório de Entomologia ficam na sede da AFCP, situada no bairro da Imbiribeira, no Recife.



Combate à praga exige cuidados especiais, diz AFCP/Coaf



Combate à Cigarrinha é prioridade da AFCP, que produz um fungo que controla a praga, diz Alexandre Lima, pres. da AFCP

Temer prorroga CAR e renegociação das dívidas

Em junho, o presidente interino Michel Temer sancionou a Lei 13.295, que prorroga o prazo de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), e publicou a Medida Provisória 733, que refinancia dívidas dos produtores rurais do Nordeste, inclusive canavieiros vítimas das secas recorrentes e de antigos planos econômicos que oneraram suas dívidas. A iniciativa tira, portanto, milhares de produtores de uma situação de ilegalidade e do risco de execuções judiciais de suas propriedades e mais prejuízos, como o impedimento de fazer novos financiamentos e dos benefícios contidos no Novo Código Florestal do Brasil, já que terão até o final de 2017 para fazer o CAR e um novo e maior período para a liquidação e a renegociação de crédito rural por agricultores do NE. Também houve estímulo em relação à liquidação para os produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União. A lei e a MP têm origem da MP 707, com relatoria do deputado Marx Beltrão (PMDB/AL), presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), aprovada no Senado em maio.

"O setor canavieiro de Pernambuco, por exemplo, seria bem prejudicado se a lei não fosse sancionada", diz agradecido Alexandre Andrade Lima, presidente da AFCP e tam-



Damião Pereira, tesoureiro da AFCP, atuou ativamente



A iniciativa deriva da Medida Provisória (MP) 707, de autoria do deputado federal Marx Beltrão (PMDB/AL) e presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), aprovada no Senado

bém da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana). Milhares de produtores rurais, que não conseguiram fazer o CAR no tempo definido, já estavam na ilegalidade e não podiam fazer financiamento para tocar a plantação e estavam sujeitos à fiscalizações e autuações, além de ter perdido alguns benefícios contidos no Novo Código Florestal brasileiro.

A inscrição no CAR é realizada por meio do Sistema Eletrônico do CAR (SICAR). A inscrição é condição necessária para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental. Por meio do SICAR, são identificados imóveis em três áreas especificas: Áreas de Preservação Permanente; Áreas de Reserva Legal; e Áreas de Uso Restrito (UR). Depois de cadastrados, os proprietários ou posseiros com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito poderão aderir aos Programas de Regularização Ambiental dos respectivos Estados.

RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS

A MP 733 estabeleceu melhorias nos dispositivos da MP 707 relativa às dívidas rurais. O principal destaque é a manutenção das propostas de liquidação das dívidas rurais (seja para a agricultura ou para a pecuária) com rebates para as operações contratadas até 2011 (e, não mais, só até o ano de 2010). Tal benefício será garantido independente do tamanho do débito e para operações com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste e com financiamentos "mistos" do FNE com outras fontes.

"Essas dívidas poderão ser prorrogadas, com três anos de carência, dez anos para pagamento e condições facilitadas para a liquidação dos débitos", conta o tesoureiro da AFCP, Damião Pereira. O dirigente, que integra o grupo de produtores rurais do NE que debate sobre esta questão, acompanha tais negociações em Brasília há cinco anos. "Só este ano já fui cinco vezes e devo ir outras mais", comenta.





Alexandre Andrade Lima (presidente da AFCP), Renato Lima (presidente da Associação dos Canavieiros do Rio Grande do Norte) e o deputado federal JHC (PSB/AL)

Comissão retoma subvenção da cana nordestina

Depois de reveses na Câmara dos Deputados e no Senado contra o setor canavieiro. em abril e maio, excluindo de duas medidas provisórias (MP 701 e 707) a proposta de prorrogação da validade da lei da subvenção da cana do NE, que não foi paga em 2014 e 2015, o assunto voltou ao debate na Câmara Federal em junho, por iniciativa do deputado JHC (PSB/AL). A Comissão de Agricultura da

Casa aprovou o Proieto de Lei 3374/15, onde restabelece os créditos da referida subvenção, sendo que para usar na compensação de débitos próprios, vencidos, ou a vencer, relativos a tributos e contribuições administrativas pela Receita Federal. O Projeto agora segue para a Comissão de Finanças e Administração e depois para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

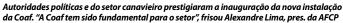
Até hoje, 30 mil canavieiros não receberam a subvenção da safra 2012/13, critica Alexandre Andrade Lima, pres. da AFCP

A Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) é grata ao empenho do parlamentar, mas aproveita a situação para criticar toda a injustiça contra o setor canavieiro nordestino que foi contemplado com a lei da subvenção para amenizar os prejuízos com a última maior seca na Região e nada recebeu. Alexandre Andrade Lima, presidente da AFCP, recorda inclusive de toda a movimentação em busca do recurso.

"A lei da subvenção só saiu em junho de 2014, depois de contar com o apoio do Congresso Nacional. Apesar disso, a presidente Dilma deixou de publicar o decreto para pagar o benefício até o prazo da lei terminar em 2015", critica o dirigente. E, este ano, ele conta que foi toda uma luta na Câmara e no Senado para buscar garantir uma lei para prorrogar a lei da subvenção. Após conseguir o pleito em duas MPs, quando chegou a hora da votação em Plenário, a Câmara e o Senado excluiu a proposta.

O resultado de tudo isso é que até hoje, 30 mil canavieiros, onde mais de 90% deles recebem por mês só R\$ 800 bruto com o cultivo da cana, não tiveram acesso ao direito de receber a sua subvenção de R\$ 12 por tonelada de cana fornecida na safra 2012/13 - período auge da maior seca dos últimos 50 anos no NE - da qual a lei havia garantido.







Paulo Giovanni, vice-pres. AFCP, com sua esposa Inês Reis e seu filho Paulo Correa - filha e neto do homenageado Antônio Correia - descerraram a placa atrelada à nova instalação da Coaf

Coaf/AFCP quadruplica de tamanho e deve faturar R\$ 8 mi

A Cooperativa da Associação dos Fornecedores de Cana do Estado de Pernambuco (Coaf/AFCP), que comercializa produtos agropecuários a produtores de PE e do NE, prevê para este ano um faturamento 800% maior em comparação a 2010 - ano de sua fundação no fim do primeiro mandato do atual presidente da AFCP, Alexandre Andrade Lima. A previsão é de faturar R\$ 8 milhões, bem superior a R\$ 1 milhão há seis anos. A Coaf teve suas instalações ampliadas este ano, quadruplicou de tamanho, e diversificou ainda mais o seu mix. A inauguração ocorreu no fim de abril e contou com autoridades políticas do Estado e lideranças do setor sucroenergético. A Coaf é presidida também por Andrade Lima.

Foi ampliada inclusive a área destinada ao atendimento e demonstração dos produtos para o setor canavieiro e também na área da pecuária. O número de profissionais também cresceu. Quase triplicou. E este ano ainda, a Coaf dividirá entre seus cooperados a quantia de 100 mil referente a sobras, que é uma partilha das sobras financeiras (o que seria o lucro de uma empresa comercial).

"O segredo da Coaf, como planejamos, é que conseguimos favorecer os nossos produtores associados, tanto na aquisição das mercadorias por via da cooperativa, quanto na regulação de preços dos produtos fabricados e comercializados pelas indústrias dos gêneros " diz Andrade Lima. Ele explica que a cooperativa financia o cooperado que pode comprar produtos no local. Sobre a regulação de mercado de indústrias de produtos rurais, a Coaf atinge tal êxito porque compra em grosso das fábricas, estimulando a padronização de preços à menor, que é vendido com os cooperados. Com isso, colabora-se ainda para evitar negociação avulsa com valores maiores por parte das fábricas.

HOMENAGEM A ANTÔNIO CORREA

A nova instalação da Coaf recebeu o nome do ex-dirigente da AFCP, Antônio Correa. A sua filha Inês Reis, junto ao filho (Paulo Correa) e ao esposo, Paulo Giovanni (atual vice-presidente da AFCP), descerraram a placa com a homenagem. Antônio Correa também foi deputado e conselheiro do Tribunal de Contas de PE.

Direção Coaf/AFCP Mandato 2016/2019

ALEXANDRE ANDRADE LIMA (Presidente) FREDERICO PESSOA DE QUEIROZ (Vice-presidente) FELIPE NERI MALTA LIMA (1º Secretário) **IVALDO ALVIM SOARES NETO** (2º Secretário) DAMIÃO GOMES PEREIRA FILHO (Tesoureiro) JORGE LUIZ DE BORBA CAMPOS (Vice-tesoureiro) PAULO GIOVANNI REIS (Conselho Fiscal - Titular) ALBERTO DE BARROS LUZ NETO (Conselho Fiscal - Titular) FÁBIO DE LIRA CARNEIRO FILHO (Conselho Fiscal - Titular) JAIME GALDINO SILVA (Conselho Fiscal - Suplente) JOSÉ CÉSAR DE ALBUQUERQUE (Conselho Fiscal - Suplente) VIRGÍLIO GONDIM PACÍFICO (Conselho Fiscal - Suplente)



Feplana condena lei na contramão ambiental

O projeto de lei 1.013/11, que visa aprovar o uso do diesel para carros de passeio no Brasil, volta a votação após cinco anos de tramitação na Câmara Federal, mesmo com pareceres negativos em comissões da Casa. O assunto voltou à pauta no ano passado em uma comissão especial da Câmara, criada pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Em maio deste ano, o deputado relator do PL, Evandro Roman (PSD-PR) recomendou a aprovação da lei. Falta a votação final da comissão de modo terminativo. Se aprovado, segue para o Senado.

O presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Alexandre Andrade Lima, que também passou a presidir a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) alerta para toda a nocividade deste PL. Este projeto de lei coloca o país na contramão do esforço global em reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEEs), acordado pelos países signatários da COP 21, incluindo o Brasil, além de todo prejuízo à saúde, a questão ambiental e socioeconômica, com severos impactos inclusive sobre o etanol brasileiro à base de cana.

O motor à diesel em carros de passeio é uma tecnologia em desuso no mundo, em especial na Europa. Uma das razões é que este combustível emite mais poluentes que os outros, sobretudo o Óxido de Nitrogênio, substância comprovadamente canceríge-



Feplana é radicalmente contra o Projeto de Lei (PL 1.013/11) que visa aprovar o uso do diesel para carros de passeio no Brasil

na. "O Brasil não pode ficar refém do lobby de fabricantes desses veículos que perdem mercado nos seus países de origem diante do esforco global para reduzir o GEEs", destaca Andrade Lima. Por esta razão, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo já se colocou contrária ao PL 1.013/11.

Além disso, o dirigente ressalta que nada pode justificar o aumento do combustível poluente em detrimento ao renovável, ainda mais quando o Brasil é pioneiro e exemplo mundial na superação dos desafios no uso da bioenergia da cana. O país utiliza a cana-de-açúcar como etanol combustível e como geração de eletricidade. Já existe inclusive motores flex (gasolina e etanol). O PL prejudicará toda a cadeia

produtiva canavieira do país, que, mesmo diante da crise, gera 800 mil empregos diretos e fatura 15 bi por ano.

CBIE CONTRA PL DO CARRO A DIESEL

Durante a 34º reunião da Câmara Setorial do Açúcar e do Álcool, do Ministério de Agricultura, o palestrante principal Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura de Energia (CBIE), foi questionado pelo presidente da Feplana sobre sua posição referente ao PL. O especialista criticou o PL e não crer no seu avanço tamanho retrocesso que trará ao País do etanol. Ele defendeu ainda a criação de uma Cide ambiental no Brasil sobre os combustíveis, calculado a partir do nível de poluição de cada um.



Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura de Energia (CBIE), criticou o PL e não crer no seu avanço. Ele ainda defendeu a criação de uma Cide ambiental



Alexandre Andrade Lima (presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) diz que o PL coloca o Brasil na contramão do esforço global



Não deixe a sua produção parar. Faça já a revisão do seu trator MASSEY na **Dafonte Tratores** e ganhe um DESCONTO EXCLUSIVO





PE: (81) 3087-0266 - PB: (83) 3232-3500 www.dafonte.com.br



*Promoção válida até 31/12/2013 **Para as peças aplicadas por nossos mecânicos

Aclamado para o 4º mandato à frente da AFCP

De 2007 até hoje, apesar de todos os desafios, ampliados por várias secas e a maior crise da história do setor sucroenergético no país, com o fechamento de dezenas de usinas e outras em recuperação judicial, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) se destaca pela capacidade de promover a unidade do segmento em torno de ações e estratégias para garantir a sobrevivência do ramo canavieiro. O período contou com a liderança do presidente da entidade, Alexandre Andrade Lima, eleito por consenso e aclamação pela primeira vez em 2007, depois em 2010, em 2013, e agora em abril, para seguir com o 4º mandato junto com a sua diretoria - indispensável para a atual realidade.

Dentre as conquistas no decorrer deste período, Alexandre ressalta a que considera a mais importante de todas para a manutenção do setor canavieiro: a reativação das usinas Cruangi e Pumaty, em parceria com o Sindicato dos Cultivadores de Cana, via o cooperativismo entre os canavieiros. O dirigente garante que a medida tem mudado paradigmas no setor sucroenergético, valorizando o produtor de cana na sua relação com usinas em PE, e agregando ainda mais valor à cana do produtor, quando é fornecida na Cruangi e Pumaty, porque o produtor cooperado recebe também pelo açúcar e etanol que se produz nestas unidades. A usina Cruangi é administrada por uma cooperativa da AFCP; e a Pumaty por outra cooperativa (Agrocan), gerida pelo Sindicato dos Cultivadores.



Alexandre Andrade Lima, eleito presidente da AFCP por consenso pela primeira vez em 2007, depois em 2010, em 2013, e agora em abril/2016, segue para o 4º mandato à frente da entidade junto com a sua diretoria

Andrade Lima também destaca a fundação e evolução da Cooperativa da AFCP (Coaf) que comercializa produtos agropecuários com melhores condições de mercado para os canavieiros cooperativados. A Coaf foi criada em 2007 e cresceu bastante ao longo do tempo. Este ano prevê um faturamento 800% maior. A Coaf quadruplicou de tamanho, ampliou significativamente o mix de produtos e triplicou a quantidade de funcionários.

A conquista de quatro subvenções federais consecutivas foi mais outro marco nas gestões de Lima e de sua diretoria. Eles mantêm a luta para conseguir o pagamento de outra subvenção, iniciada em 2014, ainda na gestão da presidente Dilma Rousseff, que inviabilizou o pleito.

Por estas e outras ações, Andrade Lima foi considerado personalidade mais influente do setor sucroenergético nacional por duas vezes, além de várias outras a nível de Nordeste. O reconhecimento veio através de pesquisa de opinião com integrantes do próprio segmento. Depois de assumir a Presidência da AFCP, passou a ser requisitado pelo setor canavieiro para assumir várias missões em defesa da classe. Alexandre é presidente da União Nordestina dos Produtores de Cana já por três mandatos seguidos. E este ano, em março, também foi convencido a presidir a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana).

Direção AFCP Mandato 2016/2019

ALEXANDRE ANDRADE LIMA

(Presidente) PAULO GIOVANNI REIS (1° Vice-presidente) FREDERICO PESSOA DE QUEIROZ (2° Vice-presidente) FELIPE NERI MALTA LIMA (1º Secretário) FÁBIO LUIZ DE LIRA CARNEIRO FILHO (2º Secretário) DAMIÃO GOMES PEREIRA FILHO (Tesoureiro) JORGE LUIZ DE BORBA CAMPOS (Vice-tesoureiro) **IVALDO ALVIM SOARES NETO** (Conselho Fiscal - Titular) **RODRIGO DUARTE BORBA** (Conselho Fiscal - Titular) LUIZ OCTÁVIO COUTINHO (Conselho Fiscal - Titular) BARTOLOMEU ALCOFORADO (Conselho Fiscal - Suplente) ALBERTO DE BARROS NETO (Conselho Fiscal - Suplente) JAIME GALDINO SILVA (Conselho Fiscal - Suplente)

É tempo de...

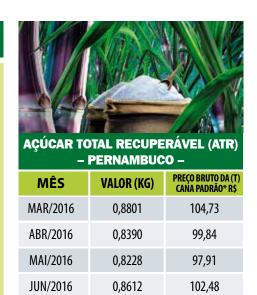
... fazer o levantamento populacional da Cigarrinha, e, se for o caso, solicitar uma visita de um técnico da AFCP para analisar a situação e distribuir o fungo especial que controla biologicamente a praga sem custos financeiros e sem agredir o meio ambiente. Tal combate é uma prioridade do Departamento Técnico da AFCP.

... aguardar a Coaf dividir entre os seus cooperados a quantia de 100 mil referente a suas sobras, que é uma partilha das sobras financeiras. A Cooperativa de Agronegócios da Associação dos Fornecedores de Cana de PE foi criada em 2007 no 1º mandato de Alexandre.

Você sabia?

que o prefeito de Timbaúba, Junior Rodrigues, sancionou uma lei, de autoria do vereador Josinaldo Barbosa, defendida pelo deputado Marivaldo, que dá isenção fiscal à Coaf sobre qualquer serviço contratado pela Usina Cruangi? Com isso, reduz-se custos de produção da usina e a deixa mais competitiva.

que os associados da AFCP agora podem contar com os serviços do Banco Sicoob no Recife? A unidade foi instalada dentro da Cooperativa de Agronegócios da AFCP na Imbiribeira. O Sicoob é o maior sistema financeiro cooperativo do país, ligado à Organização das Cooperativas Brasileiras.



*Cana com 119,0063Kg ATR por Tonelada Cana